

**RELATÓRIO DO ENCONTRO NACIONAL DOS SERVIDORES DA C&TI  
REALIZADO NO DIA 13 DE MAIO DE 2016, NA SEDE DA CONDSEF, EM  
BRASÍLIA/DF COM PARTICIPAÇÃO DE REPRESENTANTES DA  
CATEGORIA.**

Presentes: **Estados (RJ,SP, MG,PE E DF).**

Pauta: **1 - Informes; 2 - Conjuntura; 3 - Propostas/Encaminhamentos.**

*O Encontro teve início com os informes nacionais referentes ao PL 257/2016 e a reunião do Fórum de CT&I ocorrida no dia anterior.*

*Logo após foram passados os informes dos estados, onde todos os trabalhadores presentes colocaram o problema do desmonte do setor de CT&I com esvaziamento dos órgãos por causa das aposentadorias além das incertezas como a PEC 130/13 no cumprimento dos acordos assinados no ano passado, foi destacado ainda o PL 257/2016, que coloca em risco o futuro dos servidores e do serviço público.*

*Os trabalhadores presentes ao encontro denunciaram o risco de fechamento de órgãos, por causa do estado de sucateamento a que os mesmos estão submetidos. Apresentaram a necessidade da unidade dos servidores para superar o momento político atual. Entendem que somente a luta conjunta poderá derrotar o PL 257/2016, sendo necessário o fortalecimento e a mobilização dos servidores das três esferas. Expressaram ainda as suas angústias pelas constantes mudanças na direção e principalmente nas indicações que foram feitas por Temer.*

**Análise de Conjuntura**

*Os servidores se dispuseram, em sua maioria, a analisar a conjuntura atual do governo frente às ações encaminhadas ao Congresso, bem como as questões relativas aos acordos salariais assinados. Entendem que Dilma poderia ter concedido benefícios à classe trabalhadora, mas optou por governar com inimigos, que acabaram derrubando o governo.*

*Acreditam que após o impeachment, a direita conservadora, até então aliada do governo, atacará ainda mais os direitos dos trabalhadores. Por esta razão é necessário que estejamos, mais do nunca, unidos para enfrentar a conjuntura que se apresentará e que poderá colocar em risco os acordos de 2015.*

*O PL 257 é uma afronta a classe trabalhadora e ao estado brasileiro.*

Não só isso, o PLP-257/2016 representa um ataque brutal ao funcionalismo das 3 esferas (servidores federais, estaduais e municipais) e aos trabalhadores. O Governo Federal, com o objetivo de garantir o financiamento da dívida pública, propõe mudanças na Lei de Responsabilidade Fiscal, objetivando a adoção de medidas, tais como: 1) instituição de previdência complementar; 2) aumento da contribuição previdenciária de 11 para 14 por cento; 3) impedimento de aumento real de salário, incluindo também o aumento real do salário mínimo aos aposentados do INSS; 3) impedimento da criação de cargos, empregos e funções, bem como de mudanças nas carreiras dos servidores que impliquem em aumento de despesas; 4) suspensão da admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, ressalvadas a reposição decorrente de aposentadoria ou falecimento; 5) impedimento da progressão na carreira; 6) suspensão da realização de concursos públicos e da convocação dos já aprovados; 7) incentivo a demissão voluntária (PDV); 8) licença incentivada, que pode significar disponibilidade com salários proporcionais; 9) garantia de contratação somente de terceirizados, computando esses gastos como despesa de pessoal, o que representará, dentre outros problemas, maior arrocho salarial para os servidores, em função do limite de gastos com pessoal, previsto na LRF.

Ainda que o PLP-257/16 estabeleça estágios para aplicação das medidas mais duras, não se pode perder de vista que os servidores estarão o tempo todo com a arma apontada para as suas cabeças, já que a aferição, a depender da magnitude de excesso de gastos dos entes envolvidos, poderá ser feita trimestralmente ou por ocasião da elaboração do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias.

### **Propostas aprovadas no Encontro**

1. Preparar a categoria para lutar em defesa dos direitos. Contra o PLP 257/2016. Contra quaisquer ataques desferidos contra os trabalhadores e contra o Serviço Público em geral; pela aprovação dos PL referentes aos acordos de greve e outros de interesse da categoria que tramitam no Congresso;
2. Ato conjunto, em maio, organizado pelas entidades nacionais, denunciando as irregularidades na GEAP, o reajuste abusivo que jogou pra fora do plano um contingente enorme de assistidos, causando prejuízos enormes para os servidores e seus dependentes;
3. Realização de seminário, organizado pelas entidades nacionais, para tratar dos assuntos relacionados aos plano de saúde de Auto Gestão;
4. Unificar a luta com todos os SPF das três esferas;
5. Fortalecer a luta da base da CONDSEF;
6. Lutar pela valorização do VB com incorporação das gratificações;
7. Que as GQ e as RT sejam percentuais sobre o VB;
8. Reajuste geral dos benefícios (auxílio-alimentação, vale-transporte, diárias, auxílio-creche e maior aporte do governo federal no plano médico);
9. Reajuste da contrapartida para os Planos de Saúde;
10. Contra o aumento abusivo dos Planos de Saúde;

11. Reforçar e participar da luta dos SPF's nos Estados;
12. Incorporar os institutos nacionais de Cardiologia e Traumatologia e Ortopedia na CT&I;- Este assunto não chegou ao conhecimento do Fórum e, portanto, não foi discutido no Fórum de C&T – solicitamos retirar da pauta
13. Retirar da ficha funcional dos servidores os assentos em participação nas greves;
14. Inclusão das GQ 2 e 3 para os servidores de nível auxiliar;
15. Recomposição das RT e GQ;
16. Regulamentação da Aposentadoria Especial;
17. Revisão da ON nº 06/2013 que trata da insalubridade, Periculosidade e outros adicionais;
18. Incluir os anistiados do governo Collor no plano de carreira de C&TI como RJU;
19. participação da representação dos servidores nos Comitês de busca de dirigentes de instituições;;
20. CPC e escola de governo; É COMITÊ DO PLANO DE CARREIRAS
21. Reabertura da discussão sobre aglutinação de cargos, onde necessário; O que é isso???
22. Equiparação das GQ à maior GQ existente hoje;
23. Nenhuma verba pública de C&TI para empresas privadas; Assunto complexo, que carece de esclarecimentos e discussão, não feita no âmbito do Fórum
24. Lei 13.493 **ANEXAR ESTE ITEM AO PRÓXIMO – A LEI É A 13.243**
25. Vetos presidenciais e regulamentos específicos **ANEXAR AO ITEM ANTERIOR.**
26. Cumprimento total do acordo nº 09/2012, assinado pelo MPOG e CONDSEf/CUT/Fórum C&TI , **QUANTO A INCORPORAÇÃO DA GDACT AO VB (CLÁUSULA TERCEIRA);**
27. Pagamento imediato do retroativo da gratificação de qualificação de nível intermediário a partir de 2008;
28. Retorno da ascensão funcional, de acordo com a PEC 34/2007;
29. Política permanente para recomposição do quadro de pessoal;
30. Realização imediata de concurso público;
31. Extensão da licença-paternidade de 5 para 20 dias; (CADUCOU, JÁ ATENDIDO)
32. Contra a quebra do monopólio da produção de radiofármacos e sua utilização através do Sistema Único de Saúde;
33. - RETIRAR



